

O PRECARIADO E AS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA: UM OLHAR SOBRE AS MANIFESTAÇÕES DE JUNHO DE 2013 E SEUS DESDOBRAMENTOS

Rosana Paiva Soares de Quadros¹

Resumo

O trabalho é uma proposta de análise para compreender a interlocução entre as manifestações de junho e a classe trabalhadora, aqui sendo destacado do todo o subproletariado ou “precariado” e ainda a relação desse proletariado com a crise mundial do capitalismo.

Palavras-chaves: manifestações de junho, “precariado”, crise do capitalismo.

Abstract

The work is a proposal of analysis to understand the interlocution between the manifestations of June and the working class, here being detached from the whole subproletariado or "precariado" and also the relation of this proletariat with the world crisis of capitalism.

Keywords: June demonstrations, “precariado”, crisis of capitalism.

¹ Mestranda em Serviço Social na Universidade Federal de Juiz de Fora – UFJF, graduação em Serviço Social na Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES e assistente social da Prefeitura Municipal de Barbacena/MG.

Introdução

O projeto proposto tem por objetivo analisar a conjuntura da crise do capital juntamente com as formas que a classe trabalhadora vem se organizando na atualidade, especialmente os trabalhadores precarizados, e também o acontecimento das *Manifestações de Junho de 2013* e seus desdobramentos *pós-movimento*. Isso se torna de grande relevância devido aos atuais aspectos de exploração da classe trabalhadora identificada no capitalismo contemporâneo que na atualidade vivencia uma crise que Margato (2016) compreende como sendo *pior que a quebra da Bolsa de Nova Iorque, em 1929*. Sabe-se que o capitalismo é um sistema cíclico com vários declínios que, estrategicamente, cria novas formas de sua manutenção.

Mas ao analisar a crise estrutural do capital desde a década de 70, Mészáros (2009) afirma que sua novidade histórica se explicita em quatro aspectos: possui *caráter universal que não se restringe a uma esfera particular*, seu *alcance é verdadeiramente global*, sua *escala de tempo é permanente em contraposição a uma crise cíclica, situada num determinado período* e seu *modo de se desdobrar poderia ser chamado de rastejante*.

Dentro do conjunto de alternativas durante os últimos tempos adotadas pelos capitalistas para se impor uma estratégia de combate ao quadro recessivo estabelecido na economia mundial, a financeirização pode ser considerada umas das mais peculiares. Destarte Chesnais (2005), seu desenvolvimento se fez mediante a desregulamentação do mercado de finanças, onde a *progressão da acumulação financeira foi estreitamente ligada à liberação dos movimentos dos capitais e à interconexão internacional dos mercados de ativos financeiros*. Dessa forma, o dinheiro passou a gozar de maior autonomia, manifestada pelo crescimento do capital financeiro e o surgimento de novas formas de capital fictício, adquirindo uma forma própria de valorização, uma autonomia que parece tê-lo tornado independente da produção e do trabalho (Dantas, 2010).

De acordo com publicação do jornal O Globo (2014), a crise de 2008 teve a injeção de trilhões de dólares dos governos para salvar bancos e empresas:

Em meio à crise do crédito imobiliário, das hipotecas de alto risco (subprime), que minou o sistema financeiro mundial, dezenas de bancos dos Estados Unidos e da Europa foram socorridos pelos governos. Eram os mesmos governos e bancos centrais de países que haviam chancelado uma política de crescimento econômico com juros baixos, crédito farto e riscos

elevados (dos clientes de financiamentos da casa própria). Tudo isso sem uma regulação mais coordenada dos mercados financeiros. (O Globo, 06/08/14).

Mas todo esse *investimento* foi às custas do aumento da dívida pública dos Estados Nacionais, causando uma verdadeira bola de neve *ad aeternum*. Mesmo com todo esse dinheiro colocado à disposição dos grandes monopólios capitalistas não foi possível *derrubar* a crise. Pelo contrário, o que houve foi seu aprofundamento até os dias atuais. Como o capitalismo é *autodestrutivo* - teoria defendida por Marx e confirmada pela atualidade -, ele extrai toda e qualquer forma de mais-valia aumentando a exploração da classe trabalhadora para se manter.

Faz-se necessário observar que uma crise financeira localizada, muitas vezes, pode ser a manifestação de um sintoma de uma crise maior causada por fatores subjacentes à economia real. Torna-se necessária uma análise cuidadosa para entender uma crise que abala a economia, mesmo que tenham sido tomadas inúmeras medidas pelo Estado no sentido de solucionar o problema e recuperar o sistema.

Diante de um quadro caótico na economia mundial em 2008, com o estouro da bolha imobiliária dos Estados Unidos que quase destruiu o sistema bancário da maior potência mundial - devido ao peso que os EUA exercem na economia global, a crise ultrapassou continentes e levou outros tantos países ao colapso -, é preciso analisar a situação no Brasil que vivia, nesse mesmo período, uma época de crescimento econômico e uma relação positiva ao mercado, inclusive internacional. Anteriormente à crise supracitada, já com o desgaste mundial do projeto neoliberal, o Brasil desenvolveu uma nova estratégia do capital nomeada como *novo desenvolvimentismo* ou *neodesenvolvimentismo*. De acordo com Gonçalves (2012), este se distingue do projeto anterior pelo fato de associar crescimento econômico com justiça social. Obviamente, a classe dominante continua a determinar que ações são prioridades, pois não rompe com o neoliberalismo. Essa nova formatação política tem seu alcance nos governos dos períodos de 2003 a 2012.

Perante esse contexto, emerge uma jovem geração que ainda não se deu conta da própria condição precária em que começa a construir sua carreira profissional. Esses novos trabalhadores encontram-se em setores de serviços, normalmente terceirizados, com baixíssimos salários e grande rotatividade. São esses que fazem parte do *precarizado* que, destarte Braga (2012), é definida como uma camada da classe trabalhadora que não se sente beneficiada pela política focalista e fragmentada realizada para a população mais

pobre/miserável e também não faz parte da classe dominante, que obtiveram superlucros nos últimos anos.

Vale ressaltar que grande parte desse precariado estava anteriormente desempregado e que no período do *neodesenvolvimentismo* possuiu um emprego formal. Portanto, não é possível desvalorizar essa conquista, que para o sujeito foi de tamanha importância. Mas esse trabalhador possui relações muito frágeis no seu trabalho e, devido a isso, não compreende as relações e lutas de classe. Mesmo sem compreender ao certo de que lado pertence, este *precariado* participou massivamente as manifestações de junho de 2013 de acordo com agências de pesquisas nacionais.

Na situação de grande insatisfação da condução do modelo de gestão governamental do País na época, vários *inconformados*, entre eles o *precariado*, vão às ruas para dizer que *não é só pelos 20 centavos*, mas não conseguem analisar criticamente o que vai além desse apelo. Gritam que *o Gigante acordou*, mas não sabem quais diretrizes devem ser seguidas para que esse Gigante mude de direção. Participam desses eventos de manifestações através de chamadas em redes sociais, mas não se organizam. Aliás, abominam partidos políticos e sindicatos porque acreditam que eles não os representam, mesmo porque a mídia constrói esse entendimento. Um *precariado* que, por enquanto, só quer melhorar suas condições de vida. A consciência resultará de suas lutas (Harvey, 2013).

As manifestações iniciadas em junho ainda não acabaram. Elas inauguraram um *novo ciclo político no País, já ocorrendo anteriormente em outros locais do mundo, produzindo uma abertura societária através do surgimento de novos espaços, atores e formas de organizações* (Bringel, 2016). O cenário depois das jornadas culminou em manifestações mais específicas, relacionadas com as implicações da realização da Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Brasil. Também o período pré-eleitoral, em meados de 2014, acabou abrindo um momento de *acirramento das polarizações que absorveu boa parte dos atores sociais e políticos ao longo de 2015* (Bringel, 2016), culminando no impeachment da ex-presidente Dilma e o início do governo Temer.

Diante de uma crise mundial do capital, a resposta burguesa sempre ocorre através de grandes ataques à classe trabalhadora. Mesmo em meio à protestos, greves e grandes manifestações no País, o Governo Temer conseguiu a aprovação de pautas *austeras* como a Lei da Terceirização para atividades fim (lei nº. 13.429/2017) e a Reforma Trabalhista (lei nº13.467/2017), juntamente com a grande maioria do Congresso Nacional, que tenderá ao crescimento do número de trabalhadores precarizados, ou seja, do *precariado*.

Após as manifestações de junho de 2013, foi possível observar um esvaziamento

das ruas (Cavaleiro da Luz, 2015) e a apropriação de alguns protestos por *oportunistas*, especialmente das alas mais conservadoras do meio político, jogando toda a responsabilidade da crise do Brasil como uma crise moral, contra corrupção, negando toda a questão mundial em que o sistema econômico capitalista se encontra e as particularidades históricas do País.

Diante do panorama de crise estrutural do capital, abrem-se as *potencialidades objetivas* (Mészáros, 2009) de uma outra forma de sociabilidade em que o princípio determinante não seja a exploração do homem. É preciso fortalecer a validade da ofensiva socialista na contemporaneidade. Para Mészáros, essas potencialidades são *inerentes à crise estrutural do próprio capital*. Nessa direção, é condição imediata que se acentue e ultrapasse sua contradição principal: *a ausência de instrumentos políticos adequados que poderiam transformar essa potencialidade em realidade*.

Mészáros garante a centralidade da classe trabalhadora no processo de transformação da ordem capitalista ao dizer que *vai depender da capacidade ou incapacidade da classe trabalhadora de rearticular o movimento socialista como empreendimento verdadeiramente internacional*. Deste modo, elucida a possibilidade histórica de outro rumo para a sociedade atual que requisita a *luta para superar os ameaçadores limites absolutos do sistema do capital* que, conseqüentemente, *tende a determinar os planos históricos no futuro previsível*.

Portanto, na centralidade da classe trabalhadora como protagonista de sua própria emancipação do sistema de exploração existente é preciso fortalecer suas organizações de luta, que vem sendo enfraquecidas, cooptadas e modificadas para responder as demandas do capital atingindo a subjetividade do trabalho, afetando a sua identidade de classe.

Antunes (2003) afirma que, por conta das precarizações das relações de trabalho através do advento do Toyotismo, os sindicatos, um dos grandes espaços de organização *dos trabalhadores*, tiveram que se posicionar de forma mais defensiva *abandonando seus traços anticapitalistas*, na luta pela manutenção dos direitos das categorias já conquistados. Nesse contexto, desenvolve-se o *sindicalismo de participação* em substituição ao *sindicalismo de classe*.

Na compreensão de Antunes, o capital, não satisfeito somente com a apropriação da força de trabalho, corrompe a classe trabalhadora através de manipulação, fazendo com que a *classe-que-vive-do-trabalho* viva somente para este, seja pela exploração de sua mão-de-obra, seja pela excessiva motivação ao consumismo. A crise do mundo do trabalho fez com que a classe trabalhadora se tornasse *heterogeneizada, fragmentada e complexa*, dificultando assim sua organização e o rompimento das barreiras do capitalismo.

Vale ressaltar que a conjuntura sociopolítica está em constante movimento e ligada diretamente com a história, necessitando de análise constante para a atualização dos fatos. Portanto, esta constitui-se em uma proposta inicial de pesquisa e está aberta às reformulações quando necessárias ao longo do processo de estudo. Este trabalho tem como objetivo compreender quais são os impactos do precariado em nossa sociedade, sua relação com as manifestações de junho de 2013 e como se daria sua organização diante das flexibilizações das relações de trabalho no Brasil e a crise do capital mundial.

O precariado e a crise do capital no Brasil

O capital é visto por Netto e Braz (2006) como relação social, e como toda relação é também histórica e está em constante transformação. Possui caráter processual e é dinamizado através de suas contradições. Mobilidade e mutações constituem o capitalismo devido ao seu rápido e intenso desenvolvimento em suas forças produtivas. Com o objetivo de manutenção, o capitalismo se adequa a realidade daquele momento para que possa concentrar e centralizar mais o capital. Enfim, obter mais e mais lucros através da exploração da classe trabalhadora. Diante do desgaste do neoliberalismo no mundo, surgem nos países da América Latina, dentre eles o Brasil, novos projetos desenvolvimentistas podendo ser considerado como uma possível *terceira via societal* (Sampaio Jr., 2012) – nem liberal, nem socialista. Essa terceira via pode ser considerada como uma versão *bem leve* da estratégia de ajustes econômicos ao capital financeiro.

Gonçalves (2012) atesta que a diferença entre o *novo desenvolvimentismo* ou *neodesenvolvimentismo* do projeto neoliberal é a tentativa de diminuir os efeitos da ordem social capitalista sobre o crescimento, a indústria nacional e a pobreza. Destacando o Brasil, é possível observar que dentro dessa ótica, não existem questionamentos se a igualdade social e a soberania nacional poderiam ser contrárias ao projeto neoliberal. Supervalorizando o positivo e desconsiderando os aspectos negativos, cria-se uma ideia de que essas contradições não existem e o momento vivenciado é de grande crescimento com distribuição de renda e aumento da soberania nacional. Sem romper com a lógica neoliberal, o *modelo* sugere formas *pseudo-neokeynesianas*, de modo a administrar os estragos causados pela forma de ação dos governos anteriores.

Destarte Singer (2012), o capitalismo brasileiro apresentou, entre os anos de 2003 e 2012, alguns dos melhores desempenhos econômicos de todos os tempos através da política neoliberal, mesmo que de modo subalternizado. Afirma que o capital, em processo de crise

generalizada, tinha pouco a lamentar e muito a comemorar por causa da estratosférica lucratividade bancária e do enorme crescimento da indústria da construção civil. Mais impressionante ainda era o desempenho da mineração, do agronegócio e do setor energético.

O autor ainda discorre que, através dessa nova formatação, o Estado procuraria recompor sua função social através da criação de empregos, políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda, enquanto a economia se renacionalizaria por meio de financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento - BNDES à reindustrialização pautada na substituição de importações. O que ocorre é que a maioria desses empregos são precários e temporários, o salário mínimo continua sendo muito inferior ao necessário para uma sobrevivência digna e a redistribuição de renda é fragmentada e não rompe com as elites, sem tributos relevantes às grandes fortunas, por exemplo.

Diante deste contexto no Brasil, surge uma nova condição de trabalho através do atual regime de acumulação pós-fordista via terceirização empresarial, privatização neoliberal e financeirização do trabalho: o proletariado precarizado, ou seja, o precariado. Braga (2012) remete-se a Karl Marx para delimitar o conceito de precariado como sendo a *superpopulação relativa*, excluindo-se os trabalhadores qualificados e a população pauperizada; o precariado é formado pela camada da população latente, flutuante e estagnada.

A população latente é composta por trabalhadores muito jovens que estão no campo e migram para a cidade, mas ainda não ingressaram no mercado formal; a população flutuante é a parte da classe trabalhadora formada pelos que entram e saem do mercado de trabalho, pois são contratados e demitidos muito rapidamente pelas empresas; já a população estagnada engloba trabalhadores submetidos a condições absolutamente degradantes e que recebem salários muito baixos.

Braga defende que este trabalhador precarizado existe desde os primórdios do capitalismo, mas que atualmente alcançou lugar de destaque diante das enormes mazelas da condição de trabalho no capitalismo contemporâneo financista. O precariado, nas suas origens históricas, confunde-se com o próprio conceito de proletariado industrial, que é o coração do próprio modo de produção capitalista. Para Braga (2012), o precariado é a fração mais numerosa e mais explorada da classe trabalhadora, mantida na periferia do sistema capitalista.

Para Standing (2014), o precariado é uma nova classe social, emergente e heterogênea, composta por profissionais, geralmente jovens qualificados, que enfrentam condições de trabalho cada vez mais precárias e que não tem educação ou status para compreender a situação e ouvem neofascistas. É formada também pelas minorias de imigrantes e deficientes, que estão perdidos e podem explodir a qualquer momento e por jovens educados que não tem

futuro e que não aceitam propostas políticas da direita ou da esquerda.

Alves (2013), infere que o precariado não é uma classe nova, mas *inclui apenas jovens adultos altamente escolarizados, desempregados ou inseridos em relações de trabalho e vida precárias*. Defende que existem comprovações empíricas de que esse é o *perfil da juventude trabalhadora no seio dos novos movimentos sociais de rebeldia, tanto na Europa e Estados Unidos, quanto no Brasil*. Entende que existe uma contradição política deste precariado: estão submersos no mundo do consumismo e na crença da meritocracia, mas tem todas as características e explorações do proletariado. Em poucos anos foi possível constatar que a vitória individual transformou-se em um alarmante estado de frustração social. É uma nova geração de trabalhadores cujas noções de cidadania e trabalho passam muito mais pelas ambições por consumo do que pelos valores de classe social, direitos de trabalho e sindicalização.

Visto como uma camada do proletariado ou como nova classe social, o precariado é consequência do neoliberalismo e da globalização do capital. Sucessivas crises do capital, como a crise do México, em 1994, da Rússia em 1998 e a crise econômica de 2008, iniciada nos Estados Unidos e alastradas por vários países da Europa, afetaram especialmente a superpopulação relativa. Elas se viram destituídas das garantias sociais relativas ao vínculo empregatício, como estabilidade de emprego e renda e a representação política.

As Manifestações de Junho de 2013 e seus desdobramentos

Braga (2012) destaca que o precariado - trabalhadores desqualificados e semiqualeificados que são descartáveis ao mercado de trabalho, jovens à procura do primeiro emprego, trabalhadores recém-saídos da informalidade e trabalhadores sub-remunerados – esteve nas ruas protestando. Nas Manifestações de Julho de 2013 no Rio de Janeiro, pesquisa da empresa de consultoria Plus Marketing mostrou que 70,4% dos manifestantes estavam empregados, 34,3% recebiam até um salário-mínimo e 30,3% ganhavam entre dois e três salários-mínimos. A idade média era de 28 anos, ou seja, a faixa etária dos que entraram no mercado de trabalho nos últimos dez anos com essa *nova* formatação.

Singer (2013) sugeriu que as manifestações, principalmente no seu auge, eram compostas por uma classe média tradicional inconformada com diferentes aspectos da realidade nacional e por trabalhadores, em geral jovens, com emprego formal, de baixa remuneração, alta rotatividade e condições precárias de trabalho. O autor lembra que os de renda familiar mensal até cinco salários mínimos, respondiam por cerca de 50% dos

manifestantes. A maior parte dos manifestantes, apesar da escolaridade alta que os colocaria na classe média tradicional, em termos de renda salarial fazia parte de um novo proletariado, o precariado. Semelhante ao observado em outros países, principalmente da Europa, as manifestações no Brasil em junho de 2013 colocaram em evidência uma frustração geral com governos e com a política.

É importante ressaltar que as manifestações de julho de 2013 – e as tantas outras posteriores – se iniciaram a partir de um contexto de lutas dos operários das obras do PAC, em 2011, as lutas dos indígenas contra a reforma do Código Florestal, entre 2011 e 2012, e depois a grande greve do funcionalismo público e das universidades, em 2012. Nesse ínterim, ocorreram, para além das manifestações contra o aumento das tarifas, lutas e greves à revelia das direções sindicais em diversas categorias, como garis, rodoviários e trabalhadores da educação, bem como protestos contra os gastos públicos com a realização da Copa do Mundo da FIFA. Portanto, é preciso compreender as Manifestações de Junho de 2013 dentro do contexto do mundo do capital, não como algo destacado da conjuntura, mas que pertence a ela.

Brito (2016) estabelece uma relação identitária através de alguns traços característicos do momento dos vários movimentos, ações e atividades ocorridas nos anos pós Junho/2013,

como a composição por um setor precarizado, marginalizado e subalterno no sistema político; a retomada das ruas como espaço de atuação política reivindicativa diante do descontentamento/desconfiança popular com a política parlamentar; modalidades de ação coletiva radicalizadas, como bloqueios, ocupações, depredações de patrimônio, desobediência às ordens policiais, resistência à dispersão e enfrentamento com tropas militares, entre outras; a ampliação do entendimento da violência como elemento constitutivo das práticas de resistência em contextos de dominação pela força; instituição de formas organizativas autônomas e horizontais alternativas às estruturas oficiais de representação e até mesmo a expressão da autoconsciência de classe, que se revela no direcionamento das ofensivas à dominação do capital e à intransigência e opressão do Estado. (Brito, 2016)

Zizek (2013) afirma que os protestos ocorridos em junho de 2013 – assim como os que desencandearam a Primavera Árabe, Occupy, entre outros – estão no epicentro da crise do capital mundial que envolvem a crise ecológica, as consequências da revolução

biogenética, os desequilíbrios do próprio sistema e o crescimento explosivo de divisões e exclusões sociais.

Metodologia

A metodologia proposta para o desenvolvimento deste projeto adotará a pesquisa bibliográfica como mecanismo de análise para compreender a interlocução entre as manifestações de junho e a classe trabalhadora, aqui sendo destacado do todo o subproletariado ou “precariado” e ainda a relação desse proletariado com a crise mundial do capitalismo. Desta forma, o trabalho será realizado por meio do acesso a livros, monografias, teses, dissertações, artigos, revistas e outros, como a Internet. Esta etapa consistirá em identificar, adquirir os materiais, lê-los e sistematizá-los objetivando constituir o referencial teórico necessário à consecução das análises (MARCONI E LAKATOS, 2011). Serão utilizados para levantamento de dados sobre índices de desemprego, informalidade, pobreza que vem ocorrendo nos últimos anos através dos bancos de pesquisas como Atlas do Desenvolvimento Humano, Rais Caged, Ipea Data, entre outros.

A análise da investigação será realizada à luz do método dialético através da contraposição de elementos conflitantes e compreensão do papel desses elementos em um fenômeno do dialético. Utilizam-se neste método, categorias centrais para estudar a realidade, como: a historicidade em que tudo tem um passado e é construído, onde não adianta pensar a relação dos homens, por exemplo, se não for contextualizada historicamente. A totalidade, isto é, olhar a realidade como um todo, rica em determinações, e ainda a categoria da mediação, que é o conhecimento do real, mostrando ainda as contradições presente na sociedade capitalista, própria do real; podendo perceber a cada momento, sua negação.

Considerando o objetivo inicial desta pesquisa, com os recursos apresentados, buscar-se-á, então, compreender a qual é a realidade que se encontram trabalhadores que a partir dos seguintes autores: para o resgate histórico do liberalismo na economia brasileira recorro a José Paulo Netto e Marcelo Braz; para compreensão da ofensiva do capitalismo diante da atual crise mundial, utilizarei István Mezsáros; para análise da situação da precarização das relações de trabalho, dialogarei através de Ricardo Antunes, Márcio Pochmann e Polany ; para apreensão do novo desenvolvimentismo e suas implicações valho-me de Rodrigo Castelo, Renato Gonçalves e André Singer; para investigar o surgimento dentro do “lulismo” da nova camada do proletariado, o “precariado”, reporto a Ruy Braga, Márcio Pochmann, Giovanni Alves e Guy Standing; para analisar a relação do precariado com as manifestações de junho

de 2013 utilizo a obra *Cidades Rebeldes* com a contribuição de vários escritores: Slavoj Žižek, David Harvey, Mike Davis, Raquel Rolnik, Ermínia Maricato, Jorge Souto Maior, Mauro Iasi, Silvia Viana, Ruy Braga, Lincoln Secco, Leonardo Sakamoto, João Alexandre Peschanski, Carlos Vainer, Venício A. de Lima, Felipe Brito e Pedro Rocha de Oliveira, Paulo Arantes e Roberto Schwarz; para compreender a nova classe média que surgiu no novo contexto do capital, utilizarei Márcio Pochmann.

Considerações Finais

Mesmo diante de um processo alienante orquestrado e operacionalizado pelas grandes oligarquias, não foi possível impedir em várias partes do mundo protestos e rebeliões diante da *nova ordem social* e os *podres poderes* impostos à sociedade. De acordo com Zizek, esses protestos devem nos fazer lembrar a necessidade de pensar alternativas também globais para a solução destes problemas.

Foi possível perceber que as manifestações demonstraram a necessidade que a população tem de ocupar as ruas e se sentirem ouvidas. Mas, após os protestos, como não foram atos centralizados em alguma organização, acabou deixando um espaço vazio enorme que pode ser apropriado por *oportunistas* ou guiados para uma mudança societária que traga a real transformação nas classes mais empobrecidas.

Este projeto tem o intuito de propor um estudo sobre o proletariado precarizado dentro das normas estabelecidas por esse suposto novo desenvolvimentismo e suas repercussões dentro do campo de lutas como em julho – desencadeando até os dias atuais - e compreender os motivos que fazem essa parcela da classe trabalhadora manifestar sem *tomar partido*, supondo que não possuem a consciência de classe devido as limitações trabalhistas impostas pelo capitalismo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Luiz F. R. de. **Entre o nacional e o neonacional-desenvolvimentismo: poder político e classes sociais no Brasil contemporâneo**. Revista Serviço e Sociedade nº112, out/dez, 2012.

ALVES, Giovanni. **O que é precariado?**. Disponível em <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/07/22/o-que-e-o-precariado/>>. Acesso em 19/08/2017.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho?!**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do

mundo do trabalho. 9ª edição. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2003.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado: do populismo à hegemonia lulista**. São Paulo: Boitempo, 2012.

BRINGEL, Breno. **2013-2016: polarização e protestos no Brasil**. Disponível em <<https://www.opendemocracy.net/democraciaabierta/breno-bringel/2013-2016-polariza-o-e-protestos-e-no-brasil>>. Acesso em: 03/08/2017.

BRITO, Luciana. **Junho de 2013, novembro de 2015: as escolas de luta da juventude do proletariado marginal**. Disponível em http://www.canal6.com.br/x_sem2016/artigos/3A-06.pdf. Acesso em 03/08/2017.

CASTELO, Rodrigo. **O novo-desenvolvimentismo e a decadência ideológica do pensamento brasileiro**. Revista Serviço e Sociedade nº112, out/dez, 2012.

CAVALEIRO DA LUZ, Anderson. **As manifestações políticas em junho de 2013 no Brasil: análises que polarizam as redes de internet**. /Orientadora Maria Lúcia Lopes da Silva. Universidade de Brasília – UNB: Brasília, 2015.

CHESNAIS, F. **O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos**. In: CHESNAIS, F. (Org). A finança mundializada. São Paulo: Boitempo, 2005.

DANTAS, Rodrigo. **Crise de super-produção e crise estrutural do capital**. Disponível em: <e-revista.unioeste.br/index.php/temasematizes/article/download/3908/3023>. Acesso em: 03/08/2017.

DURIGUETTO, M. L. **Sociedade Civil e Democracia - Um Debate Necessário**. 1. ed. São Paulo: Cortez, 2007. v. 2000.

FILGUEIRAS e GONÇALVES. **A economia política do Governo Lula**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2007.

GONÇALVES, Renato. **Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado**. Revista Serviço e Sociedade nº112, out/dez, 2012

HARVEY, David; MARICATO, Ermínia Maricato; ŽIŽEK, Slavoj; DAVIS, Mike et. al. **Cidades Rebeldes: passe livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARGATO, Rodolfo. **Crise atual do Brasil é a pior desde 1929**. Disponível em: <http://capitalismo-social.blogspot.com.br/2016/09/crise-atual-do-brasil-e-pior-desde-1929.html>. Acesso em 20/08/2017

MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria da transição. São Paulo: Boitempo,

2009.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia política**: uma introdução crítica. 3ª ed. São Paulo: Cortez, 2007.

O GLOBO, Jornal. Após crise global estourar em 2008, bancos receberam socorros bilionários. Disponível em <<http://acervo.oglobo.globo.com/em-destaque/apos-crise-global-estourar-em-2008-bancos-receberam-socorros-bilionarios-13495994>>. Acesso em 20/08/2017.

PERRUSO, Marco Antônio. As Jornadas de Junho de 2013. 38º Encontro Anual da ANPOCS. 2014.

POCHMANN, Márcio. **Nova Classe Média?** O trabalho da base da pirâmide brasileira. São Paulo: Boitempo, 2012.

SAMPAIO JR., Plínio de Arruda. Desenvolvimentismo e neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 672-688, out./dez. 2012.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo** – reforma gradual e pacto conservador. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

_____. “Brasil, junho de 2013, classes e ideologias cruzadas”. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 97, pp. 23-40, 2013.

STANDING, Guy. *O precariado: a nova classe perigosa*. Traduzido por Cristina Antunes. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.